

A aquicultura no Reservatório de Itaipu: entre saberes e subjetividades ativas (Oeste do Paraná, Brasil)

Robson Laverdi (UEPG)

Nesta comunicação busco fazer uma análise histórica a partir de narrativas orais produzidas entre os anos de 2004 e 2006, com pescadores do Reservatório de Itaipu, na região Oeste do Paraná, Brasil. Cumpre lembrar que esta região foi objeto de grandes transformações ocasionadas pela construção entre os anos 1970 e 1980 de uma das maiores hidrelétricas do mundo, a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, que provocou o deslocamento de cerca de 40 mil habitantes na margem brasileira e 20 mil pessoas na margem Paraguaia (MAZZAROLLO, 2003).

As entrevistas que nesta ocasião optamos por revistar foram gravadas em momentos e projetos de investigação distintos, porém de algum modo relacionados (LAVERDI, 2004), (VON BORSTEL; LAVERDI; DUARTE, 2006). Tomamos para análise o conjunto de três entrevistas coletivas realizados momentos diferentes, cujas construções narrativas buscavam na conjuntura do começo da década de 2000 a produzir sentidos políticos críticos sobre propostas de implantação de aquicultura na região. A aquicultura é uma técnica de produção que consiste na produção de organismos aquáticos, como a criação de peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios e o cultivo de plantas aquáticas para uso do homem. No caso em questão, trata-se do cultivo de peixes nas águas do reservatório de Itaipu, na fronteira entre Brasil e Paraguai, que possui uma extensão de 1.350 km² (ITAIPU BINACIONAL A; s/d). Segundo ainda a Itaipu (s/d, c, pp.4), trata-se de 509 tanques-rede instalados, produzindo com envolvimento de 200 pescadores aquicultores.

Quando gravadas as entrevistas, a aquicultura já sinalizava o objetivo ampliar a renda da população ribeirinha envolvida direta ou indiretamente na pesca profissional praticada. Como os investimentos para a atividade têm sido almejados e propostos com maior convicção nos últimos anos, por diferentes atores dos poderes públicos nacionais, intermediados local e regionalmente por Itaipu, propomos

revisitar tais narrativas no sentido de pensar a recepção de tais políticas durante no início da primeira década do Séc.XXI. Cumpre esclarecer que a análise não identificará os pescadores mencionados, em razão de buscar um sentido ético de não constrangê-los às dinâmicas em que participam como atores, muitas vezes fragilizados por suas posições de pertencimento nesta realidade. Portanto, neste caso, serão usados pseudônimos.

Quando as entrevistas foram produzidas elas tinham o propósito de compreender e pensar a existência desse grupo social naquela região, em função principalmente pelo seu caráter de constituição de ofício pós-constituição da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Em reflexões anteriores pontuamos (LAVERDI, 2006) a construção de sentidos políticos constituídos com a emergência da profissão do pescador na região após a criação de Itaipu, especialmente o estatuto político decorrente do caráter da sua emergência em função das itinerâncias e deslocamentos migratórios vividos pelo grupo social (LAVERDI, 2009).

A atividade pesqueira artesanal no Reservatório de Itaipu vem se constituindo, desde os anos 1980, como fonte de renda, seja ela integral ou parcial, para uma parcela significativa de homens e mulheres, entre pescadores profissionais tradicionais ou amadores, pequenos agricultores, assentados rurais e indígenas. Os números atuais dão conta da existência de aproximadamente 700 pescadores que viveriam integralmente dos recursos pesqueiros, tendo esse número já sido maior em outros momentos (Itaipu Binacional b, s/d). Este número pode ser aumentado se levarmos em conta outros pescadores amadores, entre os quais aqueles que complementam a renda com atividades laborais urbanas ou rurais, sejam com empregos ou ocupações formais ou informais. É preciso sublinhar que a atividade pesqueira também se constituiu historicamente como importante atributo de fixação territorial de parcelas dessa população, constantemente subordinadas à migração, em razão do desemprego ou mesmo de carência de alternativas econômicas de sobrevivência material e social.

A partir dos anos 2000, práticas de aquicultura com emprego de tanques-redes e tecnologias de produção de pescado têm sido estimuladas, financiadas e agenciadas por Itaipu com a finalidade de melhorar condições econômicas e sociais

da população lindeira, por sua vez propondo aos sujeitos moradores desta dinâmica outras formas de viver e trabalhar nesta realidade, forjando a reelaboração de saberes e práticas, por sua vez constituindo outros novos conflitos. Isso porque o projeto de implantação da aquicultura planeja instalar mais 500 tanques-rede, além dos já instalados, no ambiente lacustre que, para além do investimento de outros recursos humanos e de tecnologia, equipamentos e profusão de conhecimentos, implica também num processo sociocultural de produção conflito de valores, apropriação e reelaboração de saberes e práticas, ante aos dramáticos processos de desapropriações e deslocamentos intra e inter-regionais e internacionais, especialmente em relação ao caso dos brasileiros emigrantes no Paraguai.

Nesta senda, com o emprego da História Oral, doravante nominada HO, busca-se discutir como este processo constitui memórias e narrativas acerca de saberes e práticas, que forjam subjetividades ativas de pertença numa realidade em transformação, expectativas e riscos. A complexidade que envolve a existência do reservatório e as dinâmicas que desencadeia para as populações residentes ou relacionadas necessita da compreensão das questões socioambientais e das territorialidades vividas. Tal concepção toma o horizonte da subjetividade inscrita via HO, para ultrapassar o simples levantamento e sistematização de dados socioeconômicos, ambientais e geográficos. Estes dados são imprescindíveis, todavia parciais, pois precisam ser conjugados às outras dimensões da ambiência, vividas por sujeitos sociais diversos, entre pescadores e agricultores familiares, entre outros agentes.

Vários autores têm se utilizado da HO, especialmente nas duas últimas décadas, para a produção de conhecimento no âmbito História Social, fazendo a incorporação de vigorosos sentimentos de compreensão na realidade histórica. Tecer aproximações entre contribuições de Raymond Williams ao campo da prática da HO não se coloca nesta oportunidade de discussão empírica específica uma tarefa conclusiva. A discussão apresentada rapidamente aqui, encontra-se publicada em sua integralidade (LAVERDI, 2011), fazendo-nos aqui recorrer aos elementos que nos importa em nossa discussão corrente. Dentre várias possibilidades colocadas, busca-se semear conexões e sentidos aproximativos que

possam inspirar a pesquisa e abrir novos campos de investigação. Talvez seja preciso sublinhar primeiramente que as articulações em torno de Williams e da HO se movam numa realidade histórica de discussões vividas e em movimento a mais tempo na prática da História Social. Assim, assistimos, por um lado, a um jogo ampliado de articulações discursivas, que reivindica para Raymond Williams a paternidade dos chamados estudos culturais, mobilizando em torno desse campo esforços midiáticos de aceitabilidade de suas posições no cenário acadêmico. Ainda que de modo bem intencionado, esse caminho pode subverter sentidos políticos contundentes de crítica da cultura constituídas pelo autor no campo da crítica ao próprio marxismo, espaço esse privilegiado onde sempre se colocou. Por outro lado, é preciso considerar que a HO na contemporaneidade tem se apresentado enquanto um campo atuante campo de interpretação da prática social em vários âmbitos reflexivos, todavia também marcado por disputas, projetos e interesses diversos, porque não dizer às vezes contraditórios.

Nesta reflexão nos colocamos a partir de alguns nexos fundamentais que se movimentam em torno da História Social, a partir das contribuições de Raymond Williams, que pode interessar aos preocupados com a realidade social em que participam como investigadores e sujeitos nela atuantes. O marco decisivo para entender e firmar o plano de interlocução com o autor deve recorrer a um deslocamento político decisivo operado por ele seu manifesto *Culture is Ordinary*, de 1958 (WILLIAMS, 1989). Em termos mais claros, de acordo com a matriz desse manifesto, se a cultura é ordinária na vida dos homens, a HO ocupa-se de uma prática social constitutiva importante deste deslocamento compreensivo em prol da cultura ordinária. Ou seja, *pari passu*, tanto a vida ordinária em seu movimento, quanto a HO que nela se constitui são razões mais que decisivas para nos embrenharmos neste fazer-se como realidade. Quando se aceita o caráter ordinário da cultura como inerente à vida social, assim como a de que somos indistintamente e temporalmente produtores de cultura, e assim tomando a HO como também uma prática dela constitutiva, pares de possibilidades se abrem para inscrever sentidos alternativos que brotam dessa interlocução ativa com o social.

Nos termos dessa inspiração sobre a cultura comum acionada por Williams, a recusa à HO como método dialógico legítimo de produção de fontes históricas para e pelas mãos do próprio historiador, deve ser compreendida como uma posição depreciadora, não da natureza da fonte oral como vestígio vazio da vida passada, mas de contornos sociais amalgamados em sua prática constitutivas de uma cultura ordinária. Ainda que não assumida publicamente, uma compreensão objetificada da HO, ao final, acaba reforçando a noção de cultura como prática social destinada para poucos e hierarquizada. Neste sentido, precisamos deixar claro que a HO, de muitos modos, pode se alimentar dessa compreensão ordinária da cultura, todavia precavendo-se quanto ao uso populista de “dar voz ao outro”. É preciso perceber as inter-relações que forjam a vida cotidiana em suas tensões e interesses, assim como da própria prática da HO, que viabiliza encontros entre diferentes, e na maioria das vezes também desiguais, no interior dessa cultura ordinária. Em síntese, tomar a HO como uma prática externa à dinâmica ordinária da cultura é reforçar um pressuposto elitista e hierarquizante de compreensão da vida social no tempo. O que não quer dizer que a HO não seja uma prática passível de contradições e antagonismos, pois ela é constitutiva do social.

Uma das discussões que talvez possa mais interessar à HO e a seus praticantes em Raymond Williams é, sem dúvida alguma, a linguagem como uma consciência prática social-constitutiva. Em sua obra *Marxismo y Literatura* (2000), livro publicado originalmente em 1977, o autor assumiu o debate com estudiosos da linguagem visando problematizar o conceito de linguagem que, juntamente com cultura e literatura formavam os eixos básicos de seu projeto intelectual exposto nessa obra. Nesse livro, a que muitos consideram compor o tônus mais amadurecido de seu conjunto argumentativo, Williams dedicou-se à discussão da linguagem, promovendo o diálogo com autores de diferentes tradições. Tal como fez em todo conjunto de sua obra, uma das preocupações mais vivas do autor era de promover os conceitos analíticos à categoria de problemas históricos.

O foco de Williams para s autores da linguística e suas questões no tempo, constituía-se como uma preocupação peculiar de superar os usos correntes da linguagem como “reflexo” ou “expressão” da realidade social. Ao longo dessa

discussão específica sobre a linguagem, Williams assumiu, assertivamente, que o próprio marxismo de onde se colocava, tinha contribuído pouco para essa discussão, na maior parte das vezes reforçando tais notações como paralisantes.

A produção do testemunho oral não pode ser compreendida como um plano de percepções encerrado pelo instante da entrevista, momento esse em que dois sujeitos se encontram movidas por um objetivo posto ou tornado como comum. Podemos dizer que a linguagem engendrada nessa relação, em sua forma constitutiva como testemunho oral, é o resultado de uma inter-relação complexa entre os universos conexos do individual e do social, tanto em relação ao entrevistado como ao entrevistador. Afinal de contas, esse encontro também marca uma historicidade, tanto em relação ao testemunho quanto de sua interpretação feita a *posteriori* pelo historiador. Nestes termos, embora no ato da entrevista o testemunho seja proferido em sintonia com um conjunto de outras práticas ao mesmo tempo e simultaneamente gestuais e sonoras, este se constitui a partir da individualidade do testemunhante, todavia como parte de todo um processo social.

Ao praticar a HO, entrevistando pescadores do Reservatório de Itaipu entre os anos 2004 e 2006 havíamos dedicado atenção, sobretudo, aos sentidos sociopolíticos da formação da categoria profissional pesqueira e o significado de presença dinâmica social e econômica. Embora propostas de política pública de implantação da aquicultura tenham se intensificado apenas no final da última década, importa considerar a partir da análise das narrativas então produzidas, a recepção de pescadores aos novos sentidos traduzidos por novas políticas públicas que chegariam mais tarde, a exemplo o programa *Mais Peixes em Nossas Águas assumidas pela Hidrelétrica de Itaipu*, acompanhando outras políticas de âmbito federal, como a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap), no início do Governo Lula (2003-2006) e posterior efetivação do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2008, tal como reconhece a própria instituição (ITAIPU BINACIONAL b,s/d).

No depoimento do pescador Belchior (2006), este versou sobre o anúncio de instalação futura dos tanques-redes. De acordo com o pescador, “Então, o rio abaixa, o rio sobe, rio abaixa, quando vê o rio tá... Óh, o rio é isso assim, ele sobe,

ele abaixa.” De acordo com sua narrativa, há um elemento distintivo a ser mencionado em sua crítica ao funcionamento da aquicultura. O rio possuiria um ritmo natural que implicaria numa sazonalidade do nível das águas do reservatório, sempre volúvel. O argumento do pescador tem que ser buscado para além de sua conclusão mais óbvia sobre os ritmos incontidos de elevação e descida do nível de água no lago. É notória a demonstração de sapiência do pescador quanto aos movimentos naturais que prejudicariam a instalação futura de tanques no reservatório. O que queremos destacar, além dessa percepção, é o fato de que o narrador justificar sua descrença na metodologia em razão de seu vínculo cultural profundo com esta realidade. Na verdade, o que temos em termos subliminares, entre outros sentidos possíveis de serem lidos, é o argumento que reivindica um lugar de saber, um lugar de pertencer, razão pela qual movimenta dúvidas quanto funcionamento do sistema de produção no reservatório. Temos outros elemento substancialmente importante, que é o fato do pescador se utilizar de sabedoria para modular sua crítica ao modo como a metodologia empregada é anunciada, sem o reconhecimento do seu pertencimento social a este universo natural.

Nem sempre esta posição anunciada nesta e em outras narrativas se ocupava de formulações negativas decisivas, conclusivas, cabais. Por vezes, a concordância ou não quanto à implantação da aquicultura no lago de Itaipu passava não necessariamente às vistas do modo de vida ribeirinho ou de convívio cotidiano dele com o rio/reservatório. Mas, sobretudo, pela leitura de outras realidades que a narrativa se utiliza para produzir um sentido crítico. Na fala de Gaspar (2006), ao ser perguntado sobre a sua posição, sua direta e rápida concordância foi posta em questão como um elemento de consciência comparativa e distintiva, pautada pelo viés crítico do método de implantação em seu entorno e outros métodos vistos por ele em outros lugares:

Ah, o tanque-rede eu sou a favor. Só que pra mim eu não quero! Eu só conheço um lugar que o tanque-rede da uma renda fabulosa pros pescador. É na represa da Eletronorte. A Eletronorte tirou os pescador. Vamos fazer uma comparação: a Itaipu, a Itaipu chega e tira os pescador, vocês não vão pescar mais aqui, mas nós vamos te dar o tanque. Vamos te dar o alevino, vamos te dar o trato [alimento] e te compramos o peixe. Assim a Eletronorte fez com o pescador de lá. Isso lá em Rondônia. É o único lugar que eu vi funcionar. (ENTREVISTA COM GASPAS, 2006)

A comparação de Gaspar não nos parece uma simples comparação entre o que teria dado certo ou errado, aqui e acolá. Não nos cabe incorporar a avaliação positiva do pescador em relação ao percebido em outra realidade, no caso no Estado de Rondônia, muito menos incorporar a visão negativa que constrói sobre a instituição Itaipu. Ao não se negar ao emprego da aquicultura o pescador parece buscar se abrigar em algum lugar nesta dinâmica produtiva, todavia reclamando das condições de seu emprego atual em sua realidade. Ou seja, o pescador inscreve um sentido de pertencimento ao considerar a necessidade de propor mudanças ao sistema que se anuncia, levanto em conta, sobretudo uma leitura das condições de sua própria realidade de pescador, que reclama da não assistência institucional. Mas, a continuidade do argumento de Gaspar coloca argumentos ainda interessantes, ao ler sua realidade:

Agora aqui [no Reservatório de Itaipu] os caras tem que comprar o tanque, comprar o alevino, comprar a ração. Ele vai vender uns pacuzinhos [espécie de pescado] desse tamanhinho [insinuação gesticular de pequenez], peso não tem! Essa foi a solução deles. (ENTREVISTA COM GASPAS, 2006)

Na fala de Gaspar, há um elemento muito curioso. Ele não é contra a aquicultura propugnada por Itaipu, mas o modo como a metodologia empregada desconsidera as condições materiais e ambientais vividas pelos pescadores. Ou seja, não bastaria instalar os tanques-rede para os pescadores, é preciso constituir formas de financiamento dessa produção. Em termos mais amplos de nossa observação, é preciso dizer que na prática, o pescador é um sujeito coletor, não precisando despender recursos financeiros para gerar sua renda. Ou seja, o pescado já estaria à sua disposição no corpo ambiental desse ecossistema. Com a implantação do tanque rede, o pescador teria que subsidiar a nova prática econômica de ampliação de renda. Ou seja, ele reclama do tom propagandístico que coloca tanques-rede como uma dádiva, uma novidade, sem que se possa discutir como tal prática muda o horizonte de pertencimento cotidiano dos pescadores ao meio ambiente e à sua cultura. Em termos mais claros, o pescador deixaria de ser coletor e se transformaria numa espécie de cultivador gregário, com lugar e tempo demarcado. Há aí uma mudança de substância desse pertencimento, que precisa ser notado.

Mas há mais elementos interessantes na percepção de Gaspar, que o coloca como uma espécie de leitor atendo nesta realidade de mudanças que são narradas:

Segundo as pesquisas pra cima no lago não funcionou. A não ser que nem uma vez tinha um projeto aí, deles faz um... Vamos supor, de fazer uma valeta aqui, por as pá carregadeira, um retro escavadeira, fazer, vamos supor, uns 200 metros assim. Aí então cada distância, um pegar um tanque, o outro pega... Mas o meio ambiente não libera pra fazer. Daí deu tudo errado. Então quer dizer que não tem como, aqui pra cima não tem. Você sabe por causa de que? (ENTREVISTA COM GASPAS, 2006)

Para o pescador, o uso do território aquífero do reservatório colocaria à sua frente um problema a seu ver, insolúvel:

Aqui qualquer ventinho, tem maré dessa altura aqui [gestual acentuando o elevado]. (...) Mesmo, tudo, tudo, tudo. Eu queria que a senhora tivesse aqui, pra daqui a senhora ver a maré dia de vento aqui, nesse bracinho aqui. Parou, a água parou qualquer vento da maré. Na época das quedas [memória de Sete Quedas desaparecida com Itaipu], nos não corria do rio por causa de temporal, nós encostava o barco numa pedra e pulava na água e ficava lá sussegadinho, passava o temporal nós ficava pescando. Hoje... então a história que eu digo pra senhora é isso aqui... Eu não sou ninguém pra atirar pedra em ninguém! Eu sou um pescador, não atiro pedra, não sei de nada! Só sei que eu desanimei, desanimei completamente. (ENTREVISTA COM GASPAS, 2006)

Gaspar (2006) reconhece a positividade de um possível projeto de criação de tanques terrestres de criação de peixes, ao modo de piscicultura, que “o meio ambiente não libera pra fazer”, em alusão às regras e leis de proteção ambiental. Mas ele identifica o vento como um grande inimigo natural ao desenvolvimento da aquicultura no reservatório. Muito interessante, todavia, buscar se perguntar quanto ao tom utilizado pelo pescador, “não atiro pedra, não sei de nada! Temos a impressão que o pescador se vê numa situação tal que mesmo lendo negativamente a implantação da aquicultura no reservatório, se sente incomodado de não considerar os esforços assumidos por Itaipu para resolver a dura situação em que vivem. Ao fazer a crítica buscando não “atirar pedra em ninguém” parece-nos uma subjetividade ativa muito interessante, uma vez que o pescador parece saber que seu saber sociocultural nesta dinâmica ambiental sobre o vento, e as dificuldades que este condiciona à aquicultura, não pode ser deixado de lado, tampouco o fato de buscar não se mal posicionar em relação à instituição Itaipu.

De acordo com Baltazar (2004) os pescadores não vivem apenas da atividade pesqueira propriamente dita. Além da atividade pesqueira:

É eles [os pescadores] tem outra atividade, a maioria então complementa com abelha [apicultura], agricultura ou alguma coisa. Eles têm pra sobrevivência porque não consegue sobreviver com a pesca. Agora com os tanque-rede também eles têm, eles têm esse tanque-rede. Mas eu também não sei se vai dar certo porque já foi começado várias vezes e teve pescador aí que teve tanque-rede e não deu certo, não sei se vai... (ENTREVISTA COM BALTAZAR, 2004)

De acordo com o pescador, a aquicultura não teria condições de funcionar nesta dinâmica produtiva, "(...) porque no começo quando eles vão, que é começado eles prometem mil e uma coisa pro começo, pra começa que nem agora vão soltar o peixe, vão comprar esses dos tanques-rede pra soltar e daí depois que nem agora tudo bem, vai dá lucro, que eles vão comprar esses peixes e que nem só pode criar pacu." (ENTREVISTA COM BALTAZAR, 2004). Neste trecho de tom crítico o pescador inclui o argumento da leitura da prática da propaganda inclusiva que tomam os pescadores como objeto de atenção assistencialista. Ao mesmo tempo em que considera este elemento, pondera com soluções aplicáveis ao método de aquicultura que vem sendo utilizado:

E teve um pescador aí que é sócio da Nossa Senhora dos Navegantes [Colônia de Santa Helena] já tem dois ano os tanque-rede. Mas ele dá o peso suficiente, eles dá um quilo, de um ano ele vai dá um quilo. Ele [peixe] come muito e não tem venda, não tem comércio, então ele até perdeu os peixe aí. Ele até acabou dando os peixe que ele não consegue que é muito pequeno. Se fosse outro peixe que nem se fosse um que não era nativo do lago, por exemplo a Tilápia, daí seria uma boa. Porque tu podia fazer filé daí tinha saída. Mas eu acho que o pacu não vai ter saída. (ENTREVISTA COM BALTAZAR, 2004)

Neste trecho o pescador inclui outro elemento importante que prescinde de nossa leitura do processo de implantação da aquicultura no reservatório de Itaipu. Sabemos que uma das preocupações institucionais importantes é o emprego de espécies nativas do rio Paraná para a implantação destes projetos de cultivos lacustres. Neste caso, percebemos a construção de uma justificativa deste pescador para atividade, desconsiderando este atributo tão importante, todavia valendo-se da vontade tornar o processo mais bem sucedido. Como vemos neste depoimento específico e por certo na análise de outros aqui revisitados e outros não citados, a leitura desse processo de implantação da aquicultura no lago de Itaipu como fator

de inclusão econômica e social dessa população ribeirinha está muito além da consideração de posições dicotômicas favoráveis ou desfavoráveis.

As narrativas de pescadores produzidas entre os anos 2004 e 2006 e relidas neste contexto de maior investimento público por Itaipu e agências outras subsidiárias, permite considerar o chão rico de subjetividades ativas que informam pertencimentos dessa população ribeirinha, que recorre ao seu passado e às suas inserções nesta dinâmica social e ambiental, levando em conta uma leitura especialmente marcada entre a fragilidade política dessa presença, ao mesmo tempo ciente das possibilidades abertas por transformações em aberto, que os colocam neste panorama como protagonistas. Mais do que posicionamentos dicotômicos, as narrativas que aqui consideradas como subjetividades ativas, denotam nossa atenção ao cuidado de perceber a luta de sentidos de presença atuantes que subjazem aos relatos, ainda que possam ser lidos pela força pragmática que mobilizam. Esse pragmatismo não pode ser lido de forma desqualificada por sua senda reivindicatória simplista, até porque pertencer a esta realidade excludente, que se fez história desde a construção de Itaipu, e permanece contundente na luta de fixação e permanência atuais, incorpora leituras ambientais e valorativas da relação dos sujeitos com o meio.

Neste sentido, a existência do reservatório, ainda que reconhecida a sua potencialidade pesqueira e produtiva de incremento econômico, parece não garantir por si só a proteção de parcelas populacionais empobrecidas ou sob os riscos de permanente desterritorialização nesta realidade fragmentária de fronteira, a despeito de esforços governamentais e engendrados em várias esferas ou mesmo as institucionais assumidas por Itaipu. Nesta reflexão buscamos acrescentar, através de narrativas gravadas em outro tempo à luz das questões do presente, como tais sujeitos permanecem ativos, conscientes de sua fragilidade, entre saberes e práticas que informam a existência ativa dessa população, em face de políticas públicas que buscam incluí-los ignorando sua cultura ordinária de pertencimento sociocultural e ambiental. Suas narrativas, nesta mão de diálogo que buscamos abrir nesta comunicação nos permitem dizer que estas políticas são lidas para muito além de sua aplicabilidade, mas organizadas a partir de um estatuto de

pertencimento que, a despeito dos constrangimentos de posição frágil que ocupa esta população, lhes permite oferecer aos que se propõem ouvi-los, seus saberes e práticas, suas histórias e sentimentos, muito além das frentes assistenciais ou inclusivas vigentes, presentes e futuras.

Referências bibliográficas

ENTREVISTA COM BALTAZAR (pseudônimo). Entrevista concedida a Robson Laverdi e Clóvis A. Butzge para o projeto Trajetórias sociais e trabalho na fronteira: estudo de caso dos pescadores de Santa Helena, realizada em Santa Helena. Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, 2004.

ENTREVISTA COM BELCHIOR (pseudônimo). Entrevista concedida a Robson Laverdi, Geni Rosa Duarte e Clarice Nadir Von Borstel para o projeto O cenário de pescadores de Guaíra: história, memória e linguagem, realizada em Guaíra, Paraná. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2006.

ENTREVISTA COM GASPAR (pseudônimo). Entrevista concedida a Robson Laverdi, Geni Rosa Duarte e Clarice Nadir Von Borstel para o projeto O cenário de pescadores de Guaíra: história, memória e linguagem, realizada em Guaíra, Paraná. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2006.

ITAIPU BINACIONAL a. Reservatório. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/energia/reservatorio>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

ITAIPU BINACIONAL b. Mais Peixes em Nossas Águas. |Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/mais-peixes-em-nossas-aguas>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

ITAIPU BINACIONAL c. Especial aquicultura no reservatório de Itaipu. Cultivando Água Boa. Disponível em: <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/sites/default/files/iniciativa/Especial_Aquicultura_Reservatorio_Itaipu.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2013.

LAVERDI, Robson. Sentidos políticos de ser pescador no Lago de Itaipu. In: Maciel, Laura A. ET AL. (org.) *Outras histórias, memórias e linguagens*. São Paulo: Editora Olho D'água, 2006.

LAVERDI, Robson. Migrações e outros deslocamentos entre fronteiras: trajetórias de pescadores tecendo pertencimentos em Guaíra – Paraná”. *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, Ano X . Nº 20, 2009.

LAVERDI, Robson Raymond Williams y historia oral: relaciones sociales constitutivas. *Palabras y Silencios*. Vol. 5, Núm. 2, pp. 21-32, 2011.

LAVERDI, Robson; Butzge, Clóvis A. Trajetórias sociais e trabalho na fronteira: estudo de caso dos pescadores de Santa Helena. Projeto de Pesquisa. Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, 2004.

MAZZAROLLO, J. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. Edições Loyola, 2003.

VON BORSTEL, Clarice Nadir; LAVERDI, Robson; DUARTE, Geni Rosa. “O cenário de pescadores de Guaíra: história, memória e linguagem”. Projeto de Pesquisa. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona, Península, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Resources of hope*. London: Verso, 1989.